

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 2206/2019-PGJ, DE 25.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Acrescentar os Procuradores de Justiça abaixo relacionados na Portaria nº 1918/2019-PGJ, de 3.6.2019, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Procuradores de Justiça, referente ao segundo semestre de 2019:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alexandre Lima Raslan	2 a 19.12.2019			22.11 a 1º.12.2019
Mauri Valentim Riciotti				30.9 a 9.10.2019

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2221/2019-PGJ, DE 26.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Conceder ao Procurador de Justiça Belmires Soles Ribeiro 12 (doze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 24.6 a 5.7.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2222/2019-PGJ, DE 26.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 1918/2019-PGJ, de 3.6.2019, na parte que concedeu férias ao Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa, de forma que, onde consta:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Evaldo Borges Rodrigues da Costa	3 a 12.6.2019	1º a 10.7.2019		1º a 10.8.2019

Passe a constar:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Evaldo Borges Rodrigues da Costa	3 a 12.6.2019	1º a 10.8.2019		1º a 10.7.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2207/2019-PGJ, DE 25.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar os Promotores de Justiça abaixo relacionados na Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao segundo semestre de 2019:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Arthur Dias Junior	15.7 a 3.8.2019			21 a 31.10.2019
Candy Hiroki Cruz Marques Moreira	14 a 23.10.2019			15 a 24.7.2019
Eduardo de Araujo Portes Guedes				1º a 10.7.2019
Fernanda Rottili Dias	2 a 21.9.2019			7 a 16.10.2019
Humberto Lapa Ferri				22 a 31.7.2019
Luciana Moreira Schenk	5 a 19.8.2019			20 a 29.8.2019
Michel Maesano Mancuelho				8 a 17.7.2019

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2223/2019-PGJ, DE 26.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a 2ª Promotora de Justiça de Chapadão do Sul, Fernanda Proença de Azambuja, a ministrar palestra no evento “1º Encontro de Capacitação da Rede de Enfrentamento e Atendimento a Violência contra a Mulher”, que será realizado no dia 28.6.2019, em Paranaíba/MS.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2224/2019-PGJ, DE 26.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias 9 (nove) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2010 a 6 de janeiro de 2011, a serem usufruídos no período de 4 a 12.7.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2225/2019-PGJ, DE 26.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2009 a 6 de janeiro de 2010, a serem usufruídos nos dias 1º, 2 e 3.7.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2226/2019-PGJ, DE 26.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, a serem usufruídos no período de 1º a 5.7.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2227/2019-PGJ, DE 26.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, na parte que concedeu o 1º período de férias ao Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva, de forma que, onde consta: “8 a 27.7.2019”; passe a constar: “8 a 17.7.2019”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2228/2019-PGJ, DE 26.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019, a serem usufruídos no período de 15 a 19.7.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2229/2019-PGJ, DE 26.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Christiane de Alencar 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 10 a 19.9.2018, a ser usufruído no dia 19.7.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2231/2019-PGJ, DE 26.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, na parte que estabeleceu o 1º período de férias da Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo, que seriam usufruídas no período de 30.11 a 19.12.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2232/2019-PGJ, DE 26.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar o Promotor de Justiça abaixo relacionado na Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao segundo semestre de 2019:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fabio Ianni Goldfinger				1º a 10.7.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2233/2019-PGJ, DE 26.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Daniel Pivaro Stadniky	2 e 3.2 e 23.3.2019	8, 9 e 10.7.2019
Felipe Almeida Marques	9.3.2019	27.6.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2234/2019-PGJ, DE 26.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019, por ter atuado no período de 1º a 7.1.2019, a ser usufruído no dia 1º.7.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2236/2019-PGJ, DE 26.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1994, a serem usufruídos nos dias 31.7, 1º e 2.8.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2237/2019-PGJ, DE 26.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 30º Promotor de Justiça de Campo Grande, Marcos Alex Vera de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 31ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 12.7.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2165/2019-PGJ, DE 24.6.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marco Antonio Martins Pereira	2015/2016	7 a 16.1.2019	8 a 17.7.2019		8 a 17.1.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Keila Fabricia Gongora Rodrigues	2017/2018	7 a 16.1.2019	1º a 10.7.2019		4 a 13.12.2019
Luciane Senger	2017/2018	8 a 14.1.2019	1º a 10.7.2019	15 a 17.7.2019	21 a 30.1.2019
Maria Rosa Ferreira	2016/2017	8 a 27.7.2019			7 a 16.1.2019
Mariana Silva Martins	2017/2018	21 a 30.1.2019	1º a 10.7.2019		4 a 13.3.2019
Pedro Henrique Fernandes Alves da Fonseca	2017/2018	20.2 a 1º.3.2019	24.6 a 3.7.2019		7 a 16.1.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Jonise Rodrigues Vieira	2016/2017	13 a 22.5.2019	15 a 24.7.2019		18 a 27.3.2019
José Giovanni da Silva Júnior	2017/2018	11 a 20.3.2019	24.6 a 3.7.2019	5 a 14.11.2019	

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Luciana Rodrigues Mandu	2017/2018	25.3 a 3.4.2019	24.6 a 3.7.2019	2 a 11.12.2019	

PORTARIA Nº 1307/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lucineia Paula da Silva	2018/2019	10 a 19.7.2019	7 a 16.1.2020		8 a 17.5.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marco Antonio Martins Pereira	2015/2016	7 a 16.1.2019	10 a 19.7.2019		8 a 17.1.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Keila Fabricia Gongora Rodrigues	2017/2018	7 a 16.1.2019	1º a 10.7.2019		5 a 14.8.2019
Luciane Senger	2017/2018	8 a 14.1.2019	8 a 10.7.2019	7 a 16.1.2020	21 a 30.1.2019
Maria Rosa Ferreira	2016/2017	8 a 17.7.2019	10 a 19.12.2019		7 a 16.1.2019
Mariana Silva Martins	2017/2018	21 a 30.1.2019	8 a 17.7.2019		4 a 13.3.2019
Pedro Henrique Fernandes Alves da Fonseca	2017/2018	20.2 a 1º.3.2019	3 a 12.7.2019		7 a 16.1.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Jonise Rodrigues Vieira	2016/2017	13 a 22.5.2019	5 a 14.11.2019		25.2 a 6.3.2019
José Giovanni da Silva Júnior	2017/2018	11 a 20.3.2019	14 a 23.8.2019	5 a 14.11.2019	

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Luciana Rodrigues Mandu	2017/2018	25.3 a 3.4.2019	16 a 25.9.2019	2 a 11.12.2019	

PORTARIA Nº 1307/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lucineia Paula da Silva	2018/2019	27.9 a 6.10.2019	7 a 16.1.2020		8 a 17.5.2019

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2173/2019-PGJ, DE 24.6.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Raquel Damasceno	2017/2018	24.6 a 23.7.2019			

PORTARIA Nº 3835/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Vanessa Rosa Machado Bigolin	2016/2017	10 a 19.12.2018	17 a 26.7.2019	10 a 19.12.2019	

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rosângela Bonacina Milgarefe	2017/2018	21 a 30.3.2019	1º a 10.7.2019		7 a 16.1.2019
Thaís da Silva Rodrigues	2016/2017	20.2 a 1º.3.2019	27.8 a 5.9.2019		7 a 16.1.2019
Wagner Antonio Figueroa Turini	2017/2018	7 a 16.1.2019	3 a 12.7.2019		21 a 30.1.2019
Wilson Nantes de Oliveira	2016/2017	7 a 16.1.2019	24.6 a 3.7.2019		17 a 26.1.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lorena Casa Grande Macedo Viana	2018/2019	8 a 17.4.2019	9 a 18.9.2019		18 a 27.3.2019

PORTARIA Nº 1615/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Priscilla Espindola Cardoso	2018/2019	5 a 24.8.2019			14 a 23.6.2019

PORTARIA Nº 1892/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Yohhan Teruya	2018/2019	3 a 12.7.2019	30.9 a 9.10.2019		13 a 22.11.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Raquel Damasceno	2017/2018	30.9 a 9.10.2019	1º a 10.6.2020	27.8 a 5.9.2020	

PORTARIA Nº 3835/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Vanessa Rosa Machado Bigolin	2016/2017	10 a 19.12.2018	8 a 17.7.2019	10 a 19.12.2019	

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rosângela Bonacina Milgarefe	2017/2018	21 a 30.3.2019	1º a 10.10.2019		7 a 16.1.2019
Thaís da Silva Rodrigues	2016/2017	20.2 a 1º.3.2019	23.9 a 2.10.2019		7 a 16.1.2019
Wagner Antonio Figueroa Turini	2017/2018	7 a 16.1.2019	4 a 13.9.2019		21 a 30.1.2019
Wilson Nantes de Oliveira	2016/2017	7 a 16.1.2019	27.8 a 5.9.2019		17 a 26.1.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lorena Casa Grande Macedo Viana	2018/2019	8 a 17.4.2019	14 a 23.8.2019		18 a 27.3.2019

PORTARIA Nº 1615/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Priscilla Espindola Cardoso	2018/2019	9 a 18.12.2019	4 a 13.5.2020		14 a 23.6.2019

PORTARIA Nº 1892/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Yohhan Teruya	2018/2019	17 a 26.7.2019	30.9 a 9.10.2019		13 a 22.11.2019

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 2163/2019-PGJ, DE 24.6.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Daniel Francisco Mercado Dantas, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 16ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 17ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 4.6.2019, até ulterior deliberação, em razão de licença por motivo de doença em pessoa da família do servidor Jimmy Bruno dos Santos Silva Rodrigues.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 2193/2019-PGJ, DE 25.6.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Fernanda Tabarin Vieira Okamoto, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Execução Orçamentária, nos períodos de 24.6 a 3.7.2019 e de 8 a 17.7.2019, em razão de férias da titular, Soraya Shigueko Nakasato.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 2194/2019-PGJ, DE 25.6.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Priscilla Nóbrega Coelho, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 17, 18, 19 e 24.6.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense e no período de 25 a 28.6.2019, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral da servidora Keila Fabrícia Gongora Rodrigues.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 2195/2019-PGJ, DE 25.6.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Alexandra Secco de Almeida Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Mundo Novo, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 22.7 a 2.8.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense do servidor Denis Clebson da Cruz.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2196/2019-PGJ, DE 25.6.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Wanessa Barbosa Santana, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Correspondências, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Arquivo e Protocolo-Geral, no período de 1º a 10.7.2019, em razão de férias, e nos dias 11 e 12.7.2019, em razão de licença compensatória por serviços prestados em concurso da titular, Magaly Carvalho Brunet.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2197/2019-PGJ, DE 25.6.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Pedro Borges de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de seu genitor, a partir de 12.6.2019, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2199/2019-PGJ, DE 25.6.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Cristina Franco, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Expediente, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 10 a 16.6.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2200/2019-PGJ, DE 25.6.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Diogo Felliphe da Silva Maluf Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 13 a 17.6.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2230/2019-PGJ, DE 26.6.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Sandra Maria Amâncio de Lima Mariano, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 14 a 28.6.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009; e tornar sem efeito a Portaria nº 2162/2019-PGJ, de 24.6.2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2238/2019-PGJ, DE 26.6.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Karina Soares Loureiro, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 22.6 a 20.8.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**AVISO N. 16/CGMP/2019**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Serão objeto de Correição Ordinária as Promotorias de Justiça abaixo elencadas, **cujos procedimentos correccionais iniciar-se-ão a partir do 15º dia da publicação deste aviso:**

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
1ªPJ Coxim
2ªPJ Coxim
3ªPJ Coxim
PJ Rio Verde de Mato Grosso
PJ Anaurilândia
PJ Batayporã
PJ Angélica
PJ Glória de Dourados
1ªPJ Fátima do Sul
2ªPJ Fátima do Sul
PJ Bandeirantes
PJ Terenos

O procedimento correcional terá início após o transcurso do prazo legal, observada a possibilidade da realização de diligências, que poderão ser determinadas à Assessoria Especial no bojo do procedimento digital, por via remota (SAJ-MP ou SAJ-TJ) ou *in loco*.

A data da visita pessoal do Corregedor-Geral na Promotoria de Justiça correccionada, para conclusão dos trabalhos, será informada em aviso próprio a ser publicado no DOMP.

Campo Grande, 27 de junho de 2019.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

ESCOLA SUPERIOR

EXTRATO DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES – ESMP-MS

Processo Administrativo nº 09.2019.00001706-5

Partes:

- 1 - Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, representada por sua Diretora-Geral.
- 2 - União, por intermédio da Agência Brasileira de Inteligência, representada por seu Superintendente Estadual.

Objeto:

Promover a cooperação e o intercâmbio acadêmico, científico, técnico e cultural, visando a formação, o aperfeiçoamento e a especialização discente, docente e técnica, bem como o desenvolvimento institucional.

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; Resolução nº 015/2017-PGJ, de 5 de julho de 2017.

Vigência: 24.6.2019 a 24.6.2021.

Data da assinatura: 24 de junho de 2019.

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO SRP

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça, comunica aos interessados que, com referência ao Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 (Processo PGJ/10/1672/2019), destinado ao Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo *split* (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, na capital e no interior do Estado, para atender o Ministério Público Estadual, a sessão de abertura dos envelopes foi suspensa para reanálise das condições do objeto.

Campo Grande, 27 de junho de 2019.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO CONVÊNIO MPMS E UNOPAR**

Processo nº PGJ/10/1934/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL**, representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2- **UNIVERSIDADE PITÁGORAS (UNOPAR)**, mantida pela EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A, representada pela Coordenadora de Estágios, **Profa. Maria Isabel Andrade Cogo**.

Amparo Legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003;

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de Curso de Graduação e de Pós-Graduação (lato sensu ou stricto sensu) nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 03.06.2019 até 03.06.2021.

Data da assinatura: 03 de junho de 2019.

EXTRATO DO ACORDO DE MÚTUA COOPERAÇÃO ENTRE MPMS E CGE-MS

Processo nº PGJ/10/2380/2019.

Partes:

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2 – **Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Controlador-Geral do Estado, **Carlos Eduardo Girão de Arruda**;

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual 11.261 de 16 de junho de 2003.

Objeto: Colaboração entre os partícipes no intuito de promover a transparência e o controle social no Estado de Mato Grosso do Sul por meio da execução do "Hackathon de Transparência, Controle Social e Combate à Corrupção", também denominado Hack MS.

Vigência do Convênio: 27.06.2019 a 27.06.2020.

Data da assinatura: 27 de junho de 2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/PGJ/2018

Processo nº PGJ/10/1049/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP**, representada por **Luís Moreira de Lima**;

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018

Objeto: Convocação da empresa de segundo melhor preço, isto é, a empresa Llima Comércio e Serviços Ltda-EPP para constar como fornecedora do saldo remanescente do item 1; item 2; item 3; item 4; item 6; e item 11, todos da Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018, em decorrência do cancelamento dos preços registrados em favor da empresa Nv Franco Comércio e Serviços de Informática e Climatização Eireli-ME, mantendo-se as mesmas condições e preços ofertados pela beneficiária anterior.

Amparo legal: Artigo 20, inciso IV, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013; artigo 16, do Decreto Estadual nº 14.506, de 27 de junho de 2016; artigo 6º e artigo 9º, inciso I, ambos da Resolução 0014/2011-PGJ, de 12 de agosto de 2011.

Vigência: 27.06.2019 a 03.07.2019.

Data da assinatura: 27 de junho de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 21/2019.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2019.00002286-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Edna Nazário da Silva

Objeto: Fiscalizar o cumprimento da cláusula primeira, §3º, do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nesta Promotoria de Justiça, referente ao imóvel rural denominado Chácara Saltinho - área desmembrada 02, matrícula n. 227.458 do CRI da 1ª Circunscrição de Campo Grande/MS.

Campo Grande, 27 de junho de 2019.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça

DOURADOS**EDITAL Nº 001/2019/SGPJD****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Supervisão-Geral das Promotorias de Justiça de Dourados, representada pelo Promotor de Justiça Almilcar Araújo Carneiro Júnior, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2019, oriundos do arquivo localizado no prédio das Promotorias de Justiça de Dourados. Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida aos Supervisor-Geral das Promotorias de Justiça de Dourados, até o último dia do prazo estabelecido acima.

Dourados, 24 de junho de 2019.

AMILCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Supervisor-Geral das Promotorias de Justiça de Dourados

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS 001/2019

PROVENIÊNCIA: (Órgão produtor)		PROCEDÊNCIA: (órgão responsável pelo arquivamento)	
Órgão/Setor: Supervisão-Geral das Promotorias de Justiça (Setor de Psicologia)		Órgão/Setor: Supervisão-Geral das Promotorias de Justiça da Comarca de Dourados (Setor de Psicologia)	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe 000.193 Análise e Parecer Técnico	Conforme disposto na resolução n. 004/2013 PGJ, de 25/02/2013, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda de dois anos. A lista de eliminação de documentos n. 001/2019 foi aprovada por meio da Ata da Supervisão das Promotorias de Justiça de 24 de junho de 2019.	Exercício 2010	Exercício 2016
Classe 000.002 Correspondências expedidas (ofício, memorando, e-mail, fax, carta, bilhete, comunicação interna, etc.)	Conforme disposto na resolução n. 004/2013 PGJ, de 25/02/2013, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda de dois anos, entre arquivo corrente e arquivo intermediário. A lista de eliminação de documentos n. 001/2019 foi aprovada por meio da Ata da Supervisão das Promotorias de Justiça de 24 de junho de 2019.	Exercício 2010	Exercício 2016
Classe 000.003 Correspondências recebidas (ofício, memorando, e-mail, fax, carta, bilhete, comunicação interna, etc.)	Conforme disposto na resolução n. 004/2013 PGJ, de 25/02/2014, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda de dois anos, entre arquivo corrente e arquivo intermediário. A lista de eliminação de documentos n. 001/2018 foi aprovada por meio da Ata da Supervisão das Promotorias de Justiça de 24 de junho de 2019.	Exercício 2010	Exercício 2016
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO NOME: Kênia Braz Alcantara CARGO: Analista/Psicologia		DATA DO PREENCHIMENTO Dourados, 24/06/2019	

TRÊS LAGOAS

RECOMENDAÇÃO 0003/2019/04PJ/TLS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pelo Promotor de Justiça ao final subscrito, em substituição legal na 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, com atribuição na curatela dos direitos da infância e juventude cível, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo n. 09.2019.00001342-5, instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Três Lagoas, com fundamento no art. 201, §5º, c, da Lei Federal n. 8.069/1990, na Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e na Resolução n. Resolução nº 005/2012, de 13 de setembro de 2012, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado Mato Grosso do Sul:

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público, por força do disposto no art. 139, *caput*, do ECA, a fiscalização do processo de escolha para membros do Conselho Tutelar no município, cuja condução fica a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO que foi publicada a Lei Federal n. 13.824, de 09 de maio de 2019, que alterou a redação do art. 132 do ECA, para constar a possibilidade de recondução ilimitada dos membros do Conselho Tutelar:

Redação anterior	Redação atual
Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução , mediante novo processo de escolha.	Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha (grifou-se).

CONSIDERANDO que o art. 132 do ECA, de acordo com a Lei n. 13.824/2019, mediante novos processos de escolha, permite a recondução ilimitada dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 3º da Lei n. 13.824/2019, por sua vez, prevê que a legislação tem aplicabilidade imediata aos processos de escolha de Conselheiros Tutelares em andamento, tendo em vista a rejeição da emenda parlamentar que estipularia *vacatio legis*;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal entende que é necessária a retificação de edital quando há superveniência de lei que altera requisitos para ingresso no cargo público:

"DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONCURSO PÚBLICO. LIMITE DE IDADE PARA INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR. ALTERAÇÃO NA LEI DURANTE A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO. PRECEDENTES. 1. O Supremo Tribunal Federal assentou que é possível a imposição de limite de idade para inscrição em concurso público, desde que haja anterior previsão legal e que a exigência seja razoável diante das atribuições do cargo público (RE 678.112-RG, Rel. Min. Luiz Fux). 2. Prevalece nesta Corte a orientação no sentido de que o limite de idade, quando regularmente fixado em lei e no edital de determinado concurso público, há de ser comprovado no momento da inscrição do certame, tendo em conta a impossibilidade de se antever a data em que será realizada a fase fixada como parâmetro para aferição do requisito da idade (ARE 721.339-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes). 3. **A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que é possível a adequação do edital do concurso público, antes de sua conclusão e homologação, quando houver necessidade de adaptação do certame à nova legislação aplicável à carreira. Precedentes.** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não é cabível condenação em honorários advocatícios. 5. Agravo interno a que se nega provimento". (STF, RE 1.025.819 AgR-MS, 1ª Turma, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE de 01/09/2017) – destaque atual.

CONSIDERANDO a possibilidade de se modificar e adequar o edital de concurso público durante o trâmite do certame, diante de alteração legislativa aplicada à carreira, também encontra guarida na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de Tribunais Estaduais, conforme se infere das ementas de julgamento adiante transcritas:

"ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. INGRESSO NO PADRÃO INICIAL DA CARREIRA COM ALTERAÇÃO DE LEI POSTERIOR AO CERTAME. LEGALIDADE. PREVALÊNCIA DO EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. A jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça é no sentido de aplicar a lei vigente na data da nomeação do servidor em cargo público, ainda que o edital do certame contivesse previsão de ingresso em outro padrão de carreira e de vencimento. 2. Agravo Regimental não provido". (STJ, AgRg no Ag: 1367797-MG, 2ª Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, Publicação no DJe de 01/04/2011).

"APELAÇÃO CÍVEL E APELAÇÃO ADESIVA- CONCURSO PÚBLICO- DIREITO ADMINISTRATIVO- PRESCRIÇÃO- PREJUDICIAL DE MÉRITO REJEITADA- ALTERAÇÃO DE EDITAL EM VIRTUDE DE LEI POSTERIOR- REQUISITOS PARA A INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO- OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PELA ADMINISTRAÇÃO- INGRESSO INICIAL NA CARREIRA EM PERÍODO ANTERIOR- IMPOSSIBILIDADE- RECURSOS NÃO PROVIDOS. 1. A perda do direito ao reconhecimento de determinada relação jurídica em função do transcurso de prazo, decorre do instituto da decadência, não da prescrição. 2. O vínculo entre a Administração Pública e seus servidores é de direito público, definido em lei. Assim, a superveniência de lei que altera os requisitos para a investidura em cargo público permite a alteração de edital de concurso público em andamento. 3. Não há que se falar em pagamento de vencimentos, ou, ainda, em contagem de tempo para fins de adicionais, promoção e aposentadoria, sob pena de enriquecimento ilícito da parte, quando a determinação de impedimento de participação em certame público anterior decorreu de ato lícito e legal da Administração Pública. 4. Recurso não provido". (TJMG, AC nº 10105072213983004, 5ª Câmara Cível, Relator Desembargador Luiz Carlos Gambogi, Publicação: 12/06/2013) – destaque atual.

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ, integrante do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, vinculada ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça – CNPG, aprovou a Nota Técnica CNPG/GNDH n. 08, de 13 de maio de 2019, divulgada em 17 de maio de 2019, cujas orientações são as seguintes:

"Em face do exposto, e também a fim de evitar a judicialização excessiva do processo, entende-se possível a aplicação imediata da Lei nº 13.824/2019 ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar já em trâmite,

independentemente de alteração na legislação municipal, sugerindo-se, desde logo, a tomada das seguintes providências:

a) na hipótese de o prazo previsto pelo edital para inscrição de candidatos a conselheiros tutelares não estar encerrado, o CMDCA deverá publicar retificação do edital com alteração apenas do item que trata da possibilidade de recondução dos atuais membros do Conselho Tutelar; por conseguinte, a Comissão Especial Eleitoral poderá deferir, caso atendidos os demais requisitos previstos em Lei, as inscrições de candidatos que anteriormente estavam impedidos de se reconduzir, em razão da alteração do artigo 132 do ECA e vigência imediata da Lei Federal nº 13.824/19.

b) na hipótese de o prazo previsto pelo edital para inscrição de candidatos a conselheiros tutelares estar encerrado, além da retificação pontual do edital, o CMDCA deverá reabrir o prazo de inscrição, que se recomenda não superior a 5 (cinco) dias, apenas para a inscrição de candidatos que passaram a ter direito à recondução, em razão da alteração do artigo 132 do ECA e vigência imediata da Lei Federal nº 13.824/19, cumpridos os demais requisitos legais para o acesso ao cargo".

CONSIDERANDO que, como bem fundamentado na referida Nota Técnica, acredita-se que a Lei n. 13.824/2019, que alterou a redação do art. 132 do ECA, pode ser aplicada ao processo de escolha dos conselheiros tutelares, possibilitando, desta feita, que os membros do Conselho Tutelar que estão exercendo o segundo mandato possam também se candidatar no processo em curso, uma vez que o novel ato normativo modificou a própria estrutura Conselho Tutelar, já que trata, em certa medida, da forma de acesso ao cargo, quando permite a recondução ilimitada daqueles que já estão exercendo a função de conselheiros.

CONSIDERANDO que, conforme precedentes do Supremo Tribunal Federal, os candidatos já inscritos possuem mera expectativa de direito ao cargo, se eleitos e homologado o resultado final do certame; logo, não possuem direito público subjetivo à preterição de qualquer candidato.

CONSIDERANDO que a possibilidade de alteração do edital do processo de escolha unificado também se extrai do teor do art. 13, § 1º, da Resolução nº 170/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que preconiza que o processo de escolha deve contar com número mínimo de 10 (dez) pretendentes habilitados, caso contrário, o Conselho Municipal ou do Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, por sua comissão especial eleitoral, poderá reabrir novo prazo para inscrição de novas candidaturas. Ora, a reabertura de novo prazo de inscrição se traduz em clara modificação do prazo antes consignado no instrumento editalício.

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe, em seu art. 5º, que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

RECOMENDA ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, da cidade de Selvíria/MS, que, imediatamente *desde que exista Conselheiro Tutelar no segundo mandato consecutivo*, adote providências para retificar o Edital do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, para o fim de:

- na hipótese de o prazo previsto pelo edital para inscrição de candidatos a conselheiros tutelares não estar encerrado, publicar retificação do edital com alteração apenas do item que trata da possibilidade de recondução dos atuais membros do Conselho Tutelar; por conseguinte, a Comissão Especial Eleitoral poderá deferir, se atendidos os demais requisitos previstos em Lei, as inscrições de candidatos que anteriormente estavam impedidos de se reconduzir, em razão da alteração do artigo 132 do ECA e vigência imediata da Lei Federal n. 13.824/19; OU

- na hipótese de o prazo previsto pelo edital para inscrição de candidatos a conselheiros tutelares estar encerrado, além da retificação pontual do edital, reabrir o prazo de inscrição, que se recomenda não superior a 5 (cinco) dias, apenas para a inscrição de candidatos que passaram a ter direito à recondução, em razão da alteração do artigo 132 do ECA e vigência imediata da Lei Federal n. 13.824/19, cumpridos os demais requisitos legais para o acesso ao cargo.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da presente, se haverá o acolhimento da presente RECOMENDAÇÃO, sob pena da adoção das medidas cabíveis.

Por fim, encaminhem-se cópias da presente Recomendação ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Vara da Infância e da Juventude, ao Prefeito Municipal de Selvíria/MS e Assessoria Jurídica Municipal de Selvíria/MS.

Três Lagoas/MS, 24 de junho de 2019.

JOSÉ ROBERTO TAVARES DE SOUZA
Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PORTO MURTINHO

EDITAL N° 0013/2019/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2019.00000904-3, abaixo especificado, o qual se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2019.00000904-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fernando de Souza Colaferro

Assunto: Apurar eventual desmatamento de 78,12 hectares, sem autorização do órgão ambiental competente, fato ocorrido na Fazenda Jatobá, localizada neste município.

Porto Murtinho/MS, 10/06/2019

JOÃO MENEZES GIRELLI
Promotor de Justiça em Substituição Legal